PARTE I - MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA (ESS)

Esta primeira parte da pesquisa tem como objetivo apresentar os principais dados e estatísticas, que caracterizam o mercado de trabalho no Brasil, bem como tratar sobre o tema da ESS no país, do ponto de vista teórico – conceitual. E, também, demonstrar alguns dados quantitativos sobre a ESS.

1.0 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia a Estatística (PNAD/IBGE) permitem fazer um retrato do mercado de trabalho brasileiro nos anos recentes: período de 2011 até 2013.

O quadro abaixo sintetiza os principais indicadores.

Quadro 1 - Síntese de Indicadores para Brasil, 2011, 2012 e2013 **(População em 1 000)**

	2011	2012	2013
População Residente	197.826	199.689	201.467
População em Idade Ativa (PIA)	144.503	145.846	147.314
População Inativa	42.918	43.383	43.913
População Economicamente Ativa (PEA)	101.585	102.463	103.401
População Ocupada (PO)	94.763	96.100	96.659
Ocupados sem contribuição para Previdência (Informais)	39.312	38.673	37.655
População Desempregada (PD)	6.822	6.363	6.742
Taxa de Participação (PEA/PIA)	70,3%	70,3%	70,2%
Taxa de Ocupação (PO/PEA)	93,3%	93,8%	93,5%
Taxa de Informalidade (Informal/PO)	41,5%	40,2%	39,0%
Taxa de Desemprego (PD/PEA)	6,7%	6,2%	6,5%
Renda Média	R$ 1.302	R$ 1.456	R$ 1.596
Percentual dos Ocupados com Renda até 1/2 Salário Mínimo	7,2%	7,2%	7,5%
Percentual dos Ocupados com Renda de 1/2 até 1 Salário Mínimo	18,8%	17,9%	17,8%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

De forma bem descritiva, observa-se que, em 2013, a população residente no Brasil era de 201,4 milhões de pessoas, destas 147,3

milhões apresentavam idade superior a de 10 anos e, por isto, classificadas como pessoas em idade ativa (PIA)

Contudo, dentre as pessoas em idade ativa, apenas 103,4 milhões participam do mercado de trabalho e são consideradas economicamente ativas (PEA). O restante da PIA é classificada como não economicamente ativa (ou inativa), o que significa que, embora tenham idade para o trabalho, tais indivíduos não exercem nenhuma ocupação e tampouco procuram emprego[1].

Conceitualmente o fato de participar do mercado de trabalho não é garantia de inserção. Dentre as pessoas que compõem a PEA, tem-se que 6,7 milhões de pessoas procuram, mas não conseguem, um posto de trabalho e por isto são classificadas como desocupadas.

Em termos de indicadores-síntese tem-se então que no Brasil, em 2013, a taxa de desemprego (DESOCUPADOS/PEA) era de 6,5% para uma taxa de participação de 59,7%. Vale mencionar que a taxa de participação mostra o percentual de pessoas com mais de 10 anos que desejam participar do mercado de trabalho (PEA/PIA).

Observa-se, então, que para um total de mais de 200 milhões de residentes, apenas 96,6 milhões estão ocupados.

Cabem agora algumas considerações gerais sobre as características dessa ocupação. Do total de ocupados, 37,6 milhões não contribuíam para o instituto de previdência social (pública ou privada), o que significa uma taxa de 39% de informalidade.

Quanto à renda, observa-se que em 2013, apesar da média dos ocupados ficar em torno de R$ 1.596, o fato de 24,8 milhões de ocupados (ou 25,3% do total de ocupados) auferirem renda inferior à 1 Salário Mínimo (SM) e neste grupo 7,7 milhões (ou 7,4% dos ocupados) com renda inferior a ½ SM, sinaliza para a desigualdade distributiva ainda existente no país, apesar de todos os êxitos alcançadas pelas políticas econômicas de estímulo interno e das políticas sociais de combate à fome no período recente.

Embora úteis para um diagnóstico mais geral quanto às tendências do mercado de trabalho e da economia brasileira, estas infor-

1 Nesta condição estariam pessoas que teoricamente possuem algum tipo de renda (pública ou privada) para sustentar sua condição de inatividade, tais como os estudantes, pensionistas, donas de casa, etc.

mações gerais necessitam ser complementadas. A característica mais marcante do Brasil é sua dimensão continental. Seu território compreende uma área de **8,5 milhões km²,** dividida em 23 estados (unidades da federação), os quais são agrupados em 5 regiões geográficas.

Comparativamente aos países europeus, o processo de industrialização da economia brasileira é relativamente recente[2] e ocorreu de forma bastante heterogênea no território nacional. Atualmente o Brasil pertence ao grupo de países emergentes, mas ainda apresenta marcas dessa heterogeneidade.

Quadro 2 - Residentes (2013), PIB (2012), UF e Área por Região Geográfica

	Residentes (em 1 000 pessoas)	PIB (em 1 000 000 R$)	Unidades da Federação	Extensão Territorial (Km^2)
BRASIL	201.467	3.725.069		8.515.767
Norte	17.040	202.982	Rondonia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins	3.853.670
Nordeste	55.881	517.233	Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia	1.554.292
Sudeste	84.645	2.023.839	Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo	924.617
Sul	28.857	604.795	Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul	576.773
Centro-Oeste	15.043	376.221	Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal	1.606.415

Fonte: IBGE: Contas Nacionais, 2012 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2013.

Como pode ser visto no quadro 2, as regiões geográficas contribuem de forma bastante desigual para a formação do PIB nacional e concentram percentuais muito distintos da população. A Região Sudeste é a mais populosa e desenvolvida: é responsável por 54% do PIB e concentra 42% da população. A segunda região mais populo-

2 O início do processo de industrialização brasileira se inicia nos anos 1930, como uma resposta a crise de 29 e se intensifica no pós-guerra com a política de substituição de importações.

sa é o Nordeste, com 28% da população, mas gera apenas 14% do PIB. A Região Sul é o segundo PIB do país (16%) com apenas 14% da população. Por fim, as Regiões Norte e Centro-Oeste concentram as menores proporções da população 8% e 7%, respectivamente; entretanto, enquanto o Centro-Oeste contribui com 10%, apenas 5% do PIB nacional é gerado na Região Norte.

Este retrato inicial mostra que a estrutura produtiva que se formou no Brasil é muito diversificada e, consequentemente, as características do mercado de trabalho associada a cada uma delas também apresenta especificidades.

Feitas estas considerações, será apresentado a seguir um conjunto de informações que enfatizam a diversidade regional. Sempre que possível, será feito também o recorte rural e urbano dentro de cada região, visto que apesar do perfil urbano da economia brasileira: aproximadamente 85% da população residir nas zonas urbanas, há importantes diferenças regionais entre urbano e rural que devem ser destacadas.

DIVERSIDADE REGIONAL

Iniciando com a distribuição da população residente, observa-se que, para o Brasil, em 2013, a taxa de população residente em áreas urbanas era de 84,8%. No Sudeste, este percentual era de 93,2%, enquanto que as Regiões Norte e Nordeste apresentavam percentuais inferiores à média nacional: 74,6% e 73,3%, respectivamente. (Tabela 1).

Tabela 1- Percentual da População Urbana no Brasil e em cada Região Geográfica - 2011, 2012 e 2013.

	Urbana		
	2011	2012	2013
BRASIL	**85,0%**	**84,8%**	**84,8%**
Norte	74,7%	75,4%	74,6%
Nordeste	73,7%	73,4%	73,3%
Sudeste	93,4%	93,2%	93,2%
Sul	85,1%	85,2%	85,5%
Centro-Oeste	90,8%	90,2%	90,1%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Cabe também destacar a participação relativa da população com idade até 10 anos (Tabela 2).

Para o total do Brasil, apesar da tendência à queda, esse percentual fica em torno de 20%. Contudo, nas Regiões Norte e Nordeste, tais percentuais são significativamente maiores, 26,5% e 22,5%.

Tabela 2 - Percentual da População menor de 10 anos, no Brasil e em cada Região Geográfica, por áreas urbanas e rurais - 2011, 2012 e 2013.

	Urbana			Rural			Total		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
BRASIL	**20,7%**	**20,5%**	**20,2%**	**24,6%**	**24,2%**	**22,9%**	**21,3%**	**21,1%**	**20,6%**
Norte	26,8%	26,5%	25,4%	31,8%	31,4%	29,9%	28,0%	27,7%	26,5%
Nordeste	22,9%	22,4%	21,9%	25,8%	25,5%	24,5%	23,6%	23,2%	22,6%
Sudeste	18,8%	18,9%	18,8%	20,6%	20,9%	19,6%	19,0%	19,0%	18,8%
Sul	19,4%	18,9%	19,0%	18,5%	17,5%	15,9%	19,2%	18,7%	18,6%
Centro-Oeste	21,8%	21,8%	21,1%	23,9%	23,0%	19,8%	22,0%	21,9%	21,0%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Quando se adiciona o recorte espacial dentro de cada região, observa-se que as zonas rurais se caracterizam pela maior participação relativa de crianças, que fica em torno de 23% para o Brasil. Porém, enquanto na Região Sul este percentual é de apenas 15,9%, nas Regiões Norte e Nordeste tais indicadores atingem as marcas de 29,9% e 24,5%. Estes índices encontrados nestas últimas Regiões são considerados muito elevados, em especial, se somadas às outras características dos mercados de trabalho regionais que serão tratadas a seguir.

Um elemento importante na discussão regional diz respeito à taxa de participação, que fica em torno de 60% no Brasil, sendo ligeiramente maior na área rural (ver Tabela 3).

Do ponto de vista regional, chama à atenção, de um lado, o comportamento da Região Nordeste, tanto na área rural quanto no meio urbano, pois as taxas de participação são bem inferiores. E, de outro lado, na Região Sul, as taxas de participação são maiores que as médias nacionais, em especial na zona rural.

Tabela 3 - Taxa de Participação no Brasil e em cada Região Geográfica, por áreas urbanas e rurais - 2011, 2012 e 2013.

	Urbana			Rural			Total		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
BRASIL	**59,7%**	**59,7%**	**59,6%**	**62,3%**	**61,2%**	**60,6%**	**60,0%**	**59,9%**	**59,7%**
Norte	57,7%	58,0%	57,3%	65,2%	64,1%	60,8%	59,5%	59,5%	58,1%
Nordeste	55,8%	56,3%	56,3%	58,9%	57,2%	57,2%	56,6%	56,5%	56,6%
Sudeste	60,4%	60,3%	60,2%	63,8%	64,0%	62,9%	60,6%	60,5%	60,4%
Sul	62,8%	62,6%	62,8%	68,1%	67,2%	68,1%	63,6%	63,2%	63,6%
Centro-Oeste	62,6%	62,5%	61,8%	63,6%	63,8%	61,7%	62,7%	62,6%	61,8%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

As informações quanto à evolução da taxa de desemprego mostram que no Brasil este indicador é relativamente baixo: em torno de 6,5% em 2013. No entanto, do ponto de vista regional observa-se que na Região Sul esta taxa ficou bem abaixo da média –4,0%– e, por outro lado, a Região Norte e Nordeste ficaram com indicador acima da média nacional: 7,3% e 7,9%, respectivamente (Tabela 4).

Tabela 4 - Taxa de Desemprego no Brasil e em cada Região Geográfica - 2011, 2012 e 2013.

	2011	2012	2013
Brasil	**6,7%**	**6,2%**	**6,5%**
Norte	6,9%	6,2%	7,3%
Nordeste	7,9%	7,7%	7,9%
Sudeste	7,0%	6,2%	6,6%
Sul	4,4%	4,2%	4,0%
Centro-Oeste	5,9%	5,2%	5,8%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A taxa de informalidade vem apresentando tendência à queda. Em 2013 pouco mais de 37 milhões de ocupados não contribuíam à previdência. Este montante equivale a 39% da população ocupada.

Porém, quando se analisa essa taxa por região, observa-se que nas Regiões Norte e Nordeste mais da metade dos ocupados são informais: 55,9% e 57,1% respectivamente. Por outro lado, nas Regiões Sul e Sudeste esta taxa fica inferior a 30% (Tabela 5).

Tabela 5 - Taxa de Informalidade no Brasil e em cada Região Geográfica - 2011, 2012 e 2013.

	2011	2012	2013
Brasil	41,5%	40,2%	39,0%
Norte	59,8%	57,7%	55,9%
Nordeste	59,3%	58,3%	57,1%
Sudeste	31,4%	30,5%	29,5%
Sul	32,9%	31,4%	29,0%
Centro-Oeste	38,1%	36,0%	35,3%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Para explorar mais as razões da informalidade faz-se necessário avaliar alguns aspectos. Inicialmente observa-se que nas Regiões Norte e Nordeste os níveis médios de renda estão abaixo da média renda nacional: 20% e 30%, respectivamente.

Tabela 6 - Média de Remuneração no Brasil e Relação entre a remuneração média em cada Região e a remuneração média do Brasil.

	2011	2012	2013
Brasil (Renda Média)	R$ 1.302,00	R$ 1.456,00	R$ 1.596,00
Relação: Renda Média na RG /Renda Media no Brasil:			
Norte	0,8	0,8	0,8
Nordeste	0,7	0,7	0,7
Sudeste	1,1	1,1	1,1
Sul	1,1	1,1	1,1
Centro-Oeste	1,2	1,2	1,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Ademais, desagregando o indicador de informalidade por classes de renda percebe-se que a informalidade possui forte correlação com a baixa renda. Nas Regiões Norte e Nordeste são encontrados as maiores participações de trabalhadores com baixa renda, sendo que nessas faixas concentram-se os que não contribuem para a previdência (ver tabelas 7 e 8).

Tabela 7 - Percentual de Contribuites e NÃO-Contribuintes ao Instituto de Previdencia em cada faixa de Renda. Brasil, 2013

	Total	Contribuintes	Não contribuintes
BRASIL	100%	100%	100%
Até 1/2 salário mínimo	7%	1%	18%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	18%	14%	24%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	35%	40%	23%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	14%	18%	8%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8%	11%	4%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5%	8%	2%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2%	3%	1%
Mais de 20 salários mínimos	1%	1%	0%
Sem rendimento	7%	1%	17%
Sem declaração	3%	4%	3%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Tabela 8 - Percentual de NÃO- Contribuintes ao Instituto de Previdencia por faixa de Renda por Região Metropolitana, 2013

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 1/2 salário mínimo	17%	29%	11%	11%	10%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28%	26%	23%	20%	23%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	22%	14%	31%	26%	31%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7%	3%	12%	11%	13%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	3%	1%	6%	5%	6%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2%	1%	3%	3%	3%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0%	0%	1%	1%	1%
Mais de 20 salários mínimos	0%	0%	0%	0%	0%
Sem rendimento	20%	23%	10%	20%	9%
Sem declaração	2%	2%	4%	2%	4%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Ainda com relação à informalidade, observa-se que em determinadas atividades econômicas a presença de trabalhadores informais é maior, como nas atividades agrícolas, na construção civil, no emprego doméstico, nos serviços pessoais e de alojamento e de alimentação. (Tabela 9)

Mais uma vez, evidencia-se que maior participação relativa dessas atividades ocorre em detrimento àquelas que geram ocupações mais formais justificando os elevados índices de informalidade nas Regiões Norte e Nordeste.

Tabela 9 - Percentual de NÃO- Contribuintes ao Instituto de Previdencia por Setor de Atifidade e Região Metropolitana, 2013

	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Agrícola	79%	89%	92%	67%	63%	60%
Indústria de transformação	24%	55%	45%	18%	14%	30%
Construção	54%	65%	60%	51%	48%	58%
Comércio e reparação	35%	53%	54%	27%	22%	33%
Alojamento e alimentação	44%	67%	63%	35%	28%	41%
Transporte, armazenagem e comunicação	28%	47%	49%	20%	17%	23%
Administração pública	11%	10%	11%	12%	12%	11%
Educação, saúde e serviços sociais	11%	8%	13%	10%	11%	11%
Serviços domésticos	59%	78%	77%	49%	52%	59%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	53%	69%	67%	47%	42%	52%
Total	39%	55%	57%	29%	29%	35%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Para finalizar a análise acerca do mercado de trabalho brasileiro faz-se necessário um breve comentário sobre a forma de inserção.

Dentre o total de ocupados, em nível nacional, 62,0% são Empregados, 20,6% são Trabalhadores por Conta-Própria (autônomos) e 6,7% são Trabalhadores Domésticos. Como seria de esperar, os dados por grandes regiões do país apontam para diferenças importantes na composição do emprego. (ver Tabela 10).

Tabela 10 - Distrbuição dos Ocupados segundo forma de Inserção, Brasil e Região Metropolitana,						
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Empregados	62,0%	52,6%	53,1%	67,6%	63,4%	66,5%
Trabalhadores domésticos	6,7%	5,8%	6,5%	7,3%	5,5%	7,4%
Empregadores	3,7%	2,5%	2,6%	4,0%	5,0%	4,8%
Conta própria	20,6%	27,5%	24,4%	18,1%	19,2%	18,0%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,4%	5,7%	9,7%	1,7%	3,6%	1,8%
Não remunerados	2,5%	5,7%	3,6%	1,2%	3,2%	1,3%
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios						

Nas Regiões Norte e Nordeste, a participação dos Empregados na estrutura é cerca de 10 pontos percentuais abaixo da média nacional. Além disso, nestas regiões há também uma forte presença dos Trabalhadores por Conta-Própria e dos Trabalhadores na Produção para Próprio Consumo. Na Região Nordeste este último percentual é de aproximadamente 10%.

Já na Região Sudeste a participação dos Trabalhadores Domésticos e de empregados é superior à média nacional. Como a presença Trabalhadores na Construção para Próprio Uso é mais baixa do que a média nacional, tem-se que apenas 3% dos ocupados nesta região não possuem rendimento.

Na Região Centro-Oeste também é baixa a participação de Trabalhadores na Produção para Próprio Uso, o que resulta também numa baixa presença de trabalhadores sem rendimento na estrutura ocupacional.

Tabela 11 - Média de Remuneração no Brasil e Relação entre a remuneração média em cada Região e a remuneração média do Brasil, segundo forma de inserção.						
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	R$ 1.596,00	R$ 1.279,00	R$ 1.075,00	R$ 1.812,00	R$ 1.752,00	R$ 1.929,00
Relação: Renda Média na RG /Renda Media no Brasil:						
Empregados	1,0	1,1	1,1	1,0	0,9	1,0
Trabalhadores domésticos	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Empregadores	3,2	2,9	3,8	3,1	2,7	3,0
Conta própria	0,9	0,8	0,7	1,0	1,0	0,9
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios						

As informações da Tabela 11 mostram que a remuneração dos trabalhadores domésticos é cerca de 60% inferior à média nacional e que, além disso, 7% dos ocupados não apresentam remuneração, pois estão enquadrados nas categorias: trabalhadores na construção

para próprio uso; trabalhadores na produção para próprio consumo e não remunerados[3].

Evidentemente estas diferenças nas formas de inserção, nos padrões de remuneração e no grau de informalidade são condicionadas pela estrutura da atividade econômica que se desenvolveu em cada uma das regiões.

A Região Sudeste apresenta a maior concentração populacional do país. Historicamente as raízes do desenvolvimento industrial do país estão nesta região, mais especificamente no Estado de São Paulo. Ao longo do processo de industrialização, foi a região que mais atraiu investimentos produtivos, tornando-se a estrutura mais integrada e capaz de atender à demanda das demais regiões, sendo por isto considerada a região mais desenvolvida do país. Atualmente é responsável por mais da metade da produção de riqueza no País (54% do PIB). Sua estrutura econômica é bem diversificada com forte presença das atividades industriais, de serviços e comércio. Por isto a região apresenta a maior concentração de atividades urbanas e maiores padrões de remuneração e menores indicadores de informalidade.

A Região Nordeste é a segunda região mais populosa do país, nela está concentrada 28% da população. Contudo, ao contrário do Sudeste, esta região, durante o processo de industrialização apresentou um amplo conjunto de problemas na estruturação de suas atividades econômicas e não conseguiu atrair investimentos. Um dos maiores problemas enfrentados é a seca, que além de dificultar o uso do solo, provoca imensos êxodos da população em busca de melhores condições de sobrevivência. Atualmente esta Região se caracteriza pela elevada participação de atividades agrícolas, em culturas de baixa produtividade, e fraca participação de atividades industriais na composição de sua estrutura econômica. Em função deste baixo

3 Nesta classificação, a construção para próprio uso estaria mais relacionada às atividades urbanas; a produção para próprio consumo mais associada às atividades de agricultura de subsistência; e, por fim, o trabalho sem remuneração estaria relacionado à ajuda aos membros da família em atividade domiciliar.

dinamismo econômico, há um empobrecimento da população e forte presença de informalidade dentre os ocupados.

Na Região Sul concentram-se 14% da população brasileira. Sua composição de atividades mostra uma estrutura mais equilibrada entre atividades agrícolas e industriais. Atualmente, 18% da população ocupada na Região Sul está em atividades industriais, isto confere um importante dinamismo para atividades terciárias de comércio e serviços que estruturam atividades urbanas de maior valor agregado, mais formalizadas e com maior capacidade de remuneração.

A Região Norte do Brasil também se caracteriza pelo baixo dinamismo econômico. Por sua posição geográfica, historicamente esta região se manteve distante do polo econômico do Sudeste. Atualmente a região concentra 8% da população brasileira, com forte participação de atividades agrícolas e extrativistas. O seu baixo dinamismo industrial torna esta região pouco urbana, com baixos níveis médios de renda e com elevados indicadores de informalidade.

Por fim, cabem algumas considerações quanto à região Centro-Oeste. Esta região, tal como o Norte, é muito extensa e com baixa concentração populacional: 7% da população brasileira. Nela, apesar da baixa taxa de participação da ocupação agrícola, estão concentradas as atividades agrícolas exportadoras que são as mais produtivas do país, que por ser muito mecanizadas geram pouco emprego. Este forte dinamismo do agronegócio no período recente estruturou um conjunto de atividades urbanas terciárias capazes de gerar um melhor padrão de remuneração e menores taxas de informalidade.

1.1 CONCLUSÕES SOBRE A DIVERSIDADE REGIONAL E POLÍTICAS DE INSERÇÃO

Como apresentado anteriormente, as regiões brasileiras apresentam especificidades que configuram os mercados de trabalho com características distintas. De um modo geral, as características das Regiões Norte e Nordeste merecem um pouco mais de atenção, pois, nestas, o baixo dinamismo econômico gerou uma estrutura econômica com baixa participação de atividades industriais, mais desi-

gual do ponto de vista distributivo e com baixa capacidade de criação de novos espaços laborais.

Para enfrentar o problema da exclusão social, o governo brasileiro tem buscado desenvolver um conjunto de programas com foco na população mais empobrecida e excluída. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) vem protagonizando um conjunto coordenado de ações nesta direção. Essas ações se iniciaram com Programa Bolsa Família (PBF), de natureza mais assistencialista. Oprograma visava romper com o circuito intergeracional da pobreza, visto que as famílias mais empobrecidas tinham que manter os filhos na escola e a vacinação em dia para ter acesso aos recursos. Mais tarde, com o lançamento do Programa Brasil sem Miséria para o público alvo do PBF,foramagregadas mais ações conhecidas como "portas de saída", que visavam a promover a reinserção desses indivíduos nas órbitas de produção e consumo[4].

Do ponto de vista operacional, o MDS mantém o cadastro das famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade (pobreza e pobreza extrema) e através desse cadastro, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), realiza a oferta de programas de qualificação (PRONATEC) e de apoio à formação de empreendimentos que podem ter naturezas jurídicas diversas, desde a forma de associação até de cooperativas.

Este cadastro do MDS (CadÚnico) complementa as informações de mercado de trabalho no Brasil, em especial na questão da informalidade, visto que em função da padronização conceitual das estatísticas brasileiras às normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a questão vem sendo tratada como residual.

Quadro 3 - Famílias Inscritas para Programas Sociais e Beficiarios de programas Sociais. Janeiro de 2015

	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo	25.062.444	2.610.412	10.990.395	7.384.362	2.411.692	1.665.583
Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)	13.980.524	1.680.082	7.095.669	3.477.825	974.730	752.218
Quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para Idosos	1.876.610	179.413	602.813	739.173	183.880	171.331
Quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para Pessoas com Deficiência	2.253.822	234.232	897.452	687.336	258.689	176.113

Fonte: SAGI, Ministério do Desenvolvimento Social, 2015

4 Para mais informações ver Morais &Bacic (2011) e Morais (2013).

As informações sintetizadas no Quadro 3 mostram que há 25 milhões de famílias inscritas no CadÚnico por apresentarem renda familiar abaixo de ½ salário mínimo no Brasil e, dentre estas, por atenderem às condicionalidades do programa, 13 milhões eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). A Região Nordeste, por suas características, concentra as maiores participações absolutas e relativas nestes programas. Tal fato corrobora a dependência dessa população quanto aos programas sociais e confirma que a inatividade nada mais é do que um desemprego oculto.

Quadro 4 - Pessoas residentes em domicílios em situação de vulnerabilidade. Janeiro de 2015

	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
(A) Quantidade de moradores de domicílios particulares permanentes com renda domiciliar per capita de R$ 0,00 a 70,00	6.908.371	763.288	3.918.609	1.563.193	416.872	246.409
(B) Quantidade de moradores de domicílios particulares permanentes com renda domiciliar per capita de R$ 70,01 a 140,00	10.003.543	1.737.545	5.883.191	1.526.482	503.191	353.134
(A) + (B)	**16.911.914**	**2.500.833**	**9.801.800**	**3.089.675**	**920.063**	**599.543**
(I)Quantidade de moradores de domicílios particulares permanentes de 0 a 6 anos de idade com renda domiciliar per capita de R$ 0,00 a 70,00	1.420.208	232.704	834.222	234.449	73.849	44.984
(II) Quantidade de moradores de domicílios particulares permanentes de 7 a 15 anos de idade com renda domiciliar per capita de R$ 0,00 a 70,00	2.008.209	278.378	1.256.482	320.963	95.219	57.167
(I) + (II)	**3.428.417**	**511.082**	**2.090.704**	**555.412**	**169.068**	**102.151**

Fonte: SAGI, Ministério do Desenvolvimento Social, 2015

As informações apresentadas no Quadro 4, quanto ao número de moradores residindo em domicílios em situação de vulnerabilidade, complementam o quadro anterior (Quadro 3) e confirmam a fragilidade econômica das Regiões Nordeste e Norte. Vale registrar que, embora no Sudeste, em termos absolutos, o número de pessoas seja maior que no Norte, em termos relativos o percentual é muito baixo. Os dados da tabela 12 apresentam uma estimativa[5] da população em situação de vulnerabilidade em sua abrangência territorial.

5 Estas informações foram construídas a partir dos dados dos quadros 2 e 4 e por isto se constituem apenas uma estimativa para apontar a tendência. Ou seja, embora as informações entre si estejam defasadas em 1 ano, visto que a população total refere-se a 2013 e informações dos domicílios sejam de janeiro de 2015, acredita-se que a tendência mais geral não tenha sido alterada e por isto tais indicadores refletem a realidade nacional.

Tabela 12 – Estimativa da população em situação de vulnerabilidade		
	Total	Crianças
Brasil	8%	2%
Norte	15%	3%
Nordeste	18%	4%
Sudeste	4%	1%
Sul	3%	1%
Centro-Oeste	4%	1%
Fonte: IBGE, 2013 e MDS, 2015.		

Em síntese, pode-se observar que no Brasil ainda há um grande caminho a ser trilhado em busca da superação da pobreza e da miséria. Do ponto de vista da política econômica alguns passos foram dados nesta direção, contudo sem a retomada dos investimentos, os estímulos dados à demanda estão se esgotando e, pior, se transformando num combustível para o aquecimento de preços.

Na atual conjuntura, impera a necessidade de criação de novas oportunidades laborais. Nesse caso, as estratégias de estímulo à constituição de empreendimentos, seja na forma de associações, seja na forma de cooperativas, seja na forma de associações são extremamente bem vindas, em especial quando de avalia o grau de vulnerabilidade de uma parcela grande da população.

Para a realização de uma política pública de fomento aos empreendimentos, faz-se necessário compreender tais empreendimentos, tanto do ponto de vista conceitual como no campo regulatório. Tais aspectos serão tratados nos próximos itens da presente pesquisa.

2.0 ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA (ESS) NO BRASIL: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E QUANTITATIVOS

Como visto anteriormente, há um campo promissor para os empreendimentos que gerem trabalho, emprego e renda para uma parcela importante da população brasileira. Neste contexto, ganha importância as experiências de ESS no país. No entanto, do que se trata esse campo de práticas?

O termo ESS, assim como em âmbito internacional, não encontra consenso no Brasil, apesar das organizações que atuam na interfa-

ce entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido.

Do ponto de vista científico, conforme apontou SERVA &ANDION (2006, p. 39),

> o campo parece se encontrar numa fase pré-paradigmática, de acordo com o conceito estabelecido por Kuhn (1987), em que os contornos dos paradigmas e das teorias de base ainda estão sendo construídos pela comunidade científica e também por profissionais do campo que atuam no âmbito da pesquisa.

Já no que diz respeito à esfera da práxis, percebe-se uma ampla gama de atores e formas jurídicas que constituem o campo, sendo as cooperativas as mais fáceis de distinguir e com maior tradição em nosso país.

Segundo apontaram os autores anteriormente mencionados, a ESS se caracteriza cada vez mais como um microcosmo semi-autônomo que tem suas próprias normas, regras e códigos, os quais devem ser dominados por aqueles que desejam entrar no campo. No entanto, longe de ser um campo homogêneo, ele é composto por disputas simbólicas, por contradições entre indivíduos e entre grupos, cada um buscando manter o seu lugar e conquistar novas posições em busca de hegemonia (p. 41). Nesse sentido, para começar a compreender as concepções e as teorias que são subjacentes à produção bibliográfica difundida atualmente no Brasil, é mister entender, mesmo que de forma sintética, os diferentes estudos que compõem o campo científico nascente no país.

Para tal, segue-se o já realizado esforço de classificação de algumas correntes, proposta por SERVA &ANDION (2006), embora reconheçam a possibilidade de correr determinados riscos de imprecisões.

Vale lembrar que, com exceção aos estudos na esfera do cooperativismo, a produção científica no setor da ESS é relativamente recente e, embora se utilizando de diversas denominações (economia social, solidária, terceiro setor, ONG´s, etc.), a quantidade de estudos que abordam iniciativas da sociedade civil de cunho socioeconômico não para de crescer.

2.1 OS AGENTES DA ESS E AS COOPERATIVAS

Partindo-se das constatações elucidadas no capítulo anterior, apresentam-se os principais conjuntos de estudos que participam da construção deste novo campo científico, tomando como referência a filiação teórica e os conceitos principais que caracterizam cada conjunto e não somente a simples questão da nomenclatura. Assim, tentando lançar um olhar global sobre o campo, sem a pretensão de um levantamento exaustivo de estudos e de autores, mas sim com a intenção de fornecer um panorama geral da elaboração conceitual da ESS no Brasil, os autores sugerem a existência de, ao menos, quatro conjuntos distintos, a saber: a) os estudos do cooperativismo; b) a corrente do terceiro setor; c) os estudos interdisciplinares sobre organizações da sociedade civil e d) a corrente da economia solidária.

Nesta perspectiva, para se ter uma ideia quantitativa deste segmento no Brasil, no âmbito das cooperativas informadas e contabilizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), cabem algumas informações que constam no Informativo Técnico da OCB (2008), em seu estudo intitulado: Panorama do cooperativismo no Brasil: censos, exportações e faturamento. Vale mencionar que a OCB organiza as cooperativas, com base em 13 ramos principais: agropecuário, crédito, educacional, saúde, infraestrutura, transportes, turismo e lazer, produção, especial, mineral, consumo, trabalho. O Quadro 1 sintetiza as principais informações.

Quadro 4: Informações sobre o cooperativismo no Brasil, 2008

- 7.727 cooperativas filiadas a OCB (Aumento de 66% entre 2000 e 2007). Por setor: Trabalho: 1826, Agropecuário: 1544, Crédito: 1148, Transporte: 954, Saúde: 919, Habitação: 381, Educação: 337, Produção: 208, Outros setores: 366;
- 7,69 milhões de afiliados. Crédito: 2,851 milhões, Consumo: 2,468 milhões, Agropecuário: 888 mil, Infraestrutura 628 mil, Trabalho: 335 mil, Saúde: 246 mil, Habitação: 99 mil, Transporte: 88 mil, outros setores: 93 mil.
- Empregos: 251 mil trabalhadores (Aumento de 48% entre 2000 e 2007), com destaque ao Ramo Agropecuário (140 mil);
- Faturamento: US$ 41, 2 milhões no ano de 2007.
- Exportações das cooperativas (US$ 3.300,00 milhões – Aumento de 18% em relação a 2006 – segundo SECEX, concentradas nas vendas do ramo Agropecuário).
- % das exportações por setor: complexo sucroalcooleiro: 32,79%, complexo soja: 25,91%, carnes: 25,91%, café: 8,32%.

Fonte: OCB (2008).

Informações mais recentes do cooperativismo brasileiro[6] mostram que no Brasil há, em 2010, 6.652 cooperativas filiadas, 9.016.527 associados e quase 300 mil empregados. Do ponto de vista do ramo de atividade e em relação ao número de cooperativas, os de agropecuária, crédito, trabalho e transporte, nesta ordem, são os mais representativos no Brasil. Já em relação ao número de associados, os setores de crédito e consumo apresentam um destaque significativo, enquanto que, em se tratando do número de empregados, os de agropecuária de crédito são os ramos que mais empregam. Conforme se

6 Disponíveis em: http: //www.aciamericas.coop/IMG/pdf/numeros_do_cooperativismo_2010.pdf> (acesso em 02.08.2014).

percebe, os dados apontam, para o ano de 2010 ante o de 2009, para uma redução do número de cooperativas afiliadas à OCB, de 8,5%, enquanto que, neste mesmo período, o número de associados e de empregados aumentou, respectivamente, 9,3% e 8,8%. Por Estados, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro apresentam, nesta ordem, o maior número de cooperativas, enquanto que o maior número de associados está em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Do ponto de vista do emprego gerado, além destes Estados, o Mato grosso do Sul também se destaca como o Estado onde as cooperativas vêm gerando mais empregos.

Em 2011, o total de associados às cooperativas ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras passou dos 10 milhões, registrando um crescimento de 11% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizados cerca de 9 milhões, conforme mostrado acima. Seguindo essa mesma linha, também foi observado crescimento no quadro de empregados, que fechou o último período em 296 mil, 9,3% a mais do que em 2010. Os dados fazem parte de um estudo da Gerência de Monitoramento e Desenvolvimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)[7].

No que concerne aos estudos do terceiro setor no Brasil, assim como descrito nos estudos internacionais, este enfoque está voltado mais para o estudo das organizações que não possuem objetivo de lucro e que visam à promoção do interesse geral. Assim, nestes estudos, o termo "terceiro setor" é empregado na mesma acepção originária dos países anglo-saxões, ou seja, referindo-se ao conjunto de organizações que atuam na esfera pública e não pertencem ao aparelho burocrático do Estado, nem ao setor das empresas privadas e demais instituições que integram a economia de mercado. Refere-se, portanto, a um vasto conjunto de organizações como as ONG´s, fundações, institutos empresariais, entidades filantrópicas, organizações populares, organismos internacionais de cooperação, etc.

Atualmente, pode-se dizer que tal enfoque tem como um dos traços principais o caráter complementar às ações do Estado e do mercado, a partir de uma visão integradora da vida pública. Esta corren-

7 http: //www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp

te é profundamente influenciada pelos autores americanos ligados ao NPO, que a veem como uma forma de compensação das falhas de um sistema centrado na economia e no mercado.

Do ponto de vista da quantificação desse segmento no Brasil, foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), um mapeamento intitulado As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Utilizando-se os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), realizado pelo IBGE, a partir de tabulações especiais que levaram em conta cinco parâmetros para selecionar o objeto de estudo[8] (entidades privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias), das 500 mil entidades sem fins lucrativos registradas, obteve-se um subconjunto de análise que contemplou 276 mil entidades para o ano de 2002.

Como principais conclusões, a pesquisa revelou que as organizações são relativamente novas, pois 62% foram criadas a partir dos anos de 1990 e que a cada década se acelera seu ritmo de crescimento. Para se ter uma ideia dessa constatação, nos anos de 1980 as organizações que apareceram eram 88% mais numerosas que as que existiam nos anos de 1970, e em relação às que apareceram nos anos de 1990, eram 124% superior às que existiam nos anos de 1980; e somente de 1996 para 2002, registraram um aumento de 157%.

Outras características apontam que, em sua grande maioria, são pequenas organizações (77% delas não possuem qualquer empregado e somente 7% contam com 10 ou mais assalariados), embora haja uma concentração da mão de obra em poucas organizações, uma vez que somente 1% delas possui 100 ou mais empregados, reunindo 61% do total das pessoas ocupadas nesse âmbito de estudo. Em relação aos postos de trabalho gerados nesse setor, dois dados interessam ser reproduzidos: o primeiro refere-se ao fato de que, do conjunto do total dos ocupados em organizações formalmente regis-

8 Vale lembrar que as cooperativas estão excluídas desse âmbito de análise.

tradas no país, o número de empregos gerados nessas organizações corresponde a 5,5 % deles, e o segundo refere-se ao significativo aumento dos postos de trabalho entre um período de apenas seis anos: em 1996, registravam-se 1.039.925 postos, saltando, em 2002, para 1.541.290, o que significa um aumento de quase 50%.

Do ponto de vista setorial, as áreas de educação e saúde ocupam mais da metade das pessoas ocupadas, seguida da assistência social, que, em terceiro lugar, corresponde a 15% do total dos ocupados. Por regiões do país, somente a Região Sudeste concentra 44% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, sendo que só São Paulo (21%) e Minas Gerais (13%) reúnem 1/3 das organizações existentes no Brasil. No que diz respeito à massa salarial, os dados da pesquisa apontam para o valor de R$ 17,5 bilhões no ano de 2002. Uma versão mais recente desse estudo foi realizada pelas mesmas instituições e, segundo a pesquisa, entre 2002 e 2006, o número de entidades enquadradas nesse tipo de organização cresceu 22,6%, passando de 276 mil para 338 mil.

2.2 ESOL E ASPECTOS CONCLUSIVOS

Em se referindo ao enfoque da economia solidária (ESOL), vale lembrar que, provavelmente, suas raízes foram desenvolvidas na França ao longo dos anos 1980, e se identifica com um conjunto de organizações de caráter plural em suas formas, atuações e atividades econômicas, objetivando a busca de utilidade social em prol dos coletivos mais desfavorecidos. O termo solidária se aplica levando em conta a ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo, característico do comportamento econômico das empresas capitalistas. Sob este conceito se aglutinam um conjunto de organizações que, de um lado, fomentam a solidariedade entre os membros a partir da autogestão e, por outro, praticam a solidariedade entre os trabalhadores em geral, com maior ênfase nos mais desfavorecidos.

A partir deste marco conceitual, geram-se uma série de práticas socioeconômicas com o objetivo conjunto de incrementar as oportu-

nidades de socialização democrática e a oferta de emprego, levando em conta o questionamento político entre o econômico e o social. Embora com menor importância analítica, aparecem outros enfoques como o de economia alternativa com raízes nos movimentos contestatórios franceses, surgidos na Revolução de maio de 1968 e o de economia popular, de origem latino-americana e bastante próxima ao enfoque sul-americano de ESOL[9].

É interessante mencionar que em alguns países latino-americanos vêm se desenvolvendo uma outra visão de ESOL que a contempla como uma força de transformação social portadora de um projeto de sociedade alternativa à globalização neoliberal.

Nesta perspectiva, no Brasil, o conceito de ESOL é utilizado numa acepção diferente do conceito elaborado, por exemplo, na França. Aos adeptos a esta corrente, a ESOL constitui um modo de produção distinto do capitalismo[10]. Singer, já mencionado anteriormente, situa-se como um dos grandes ícones desta corrente. Segundo ele, a ESOL foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego (Singer, 2002, p. 83). Para o autor, no capitalismo a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade[11] e, então, a ESOL pode ser definida como um conjunto composto por diferentes tipos de empresas que surgem como reação às carências que o sistema dominante se nega a resolver.

---

9 Sobre o tema consultar Morais (2014) em http: //socialeconomy.itcilo.org/en.

10 Embora para alguns autores, a ESOL constitua uma alternativa a partir do interior das relações com o mercado, sendo, portanto, a ESOL uma alternativa não mais ao capitalismo, mas no capitalismo.

11 Segundo Lima (2003), ao se tratar do tema da ESOL, deve-se levar em conta a confluência de muitas correntes e o vasto e heterogêneo agregado de atividades que, no momento se expandem, mas que ainda não consistem num campo articulado. De todo modo, as formulações se convergem para um núcleo comum: a solidariedade como âmago de todas as propostas; solidariedade esta que, para os críticos à ideia, serve de ponto de partida para sua argumentação, no sentido de inviabilizar a harmoniosa relação entre solidariedade e mercado capitalista (Vainer, 2000).

Lisboa (2005) é outro autor responsável por aprofundar essa caracterização, afirmando que a economia solidária constitui um novo modo de produção, pois se trata de novas relações tanto na produção quanto na repartição do excedente. Também é importante destacar que, em sua visão, a ESOL não se refere a um setor não-mercantil e não-monetário como a economia da dádiva, como também não se refere a um setor não-lucrativo como é o caso do terceiro setor.

Outro trabalho que deve ser mencionado é o de Cruz (2006), que tem como objetivo discutir o que é a ESOL e qual sua amplitude do ponto de vista econômico e social. Também ressalta a importância e a necessidade de um contorno conceitual apropriado para uma análise das manifestações atuais e para entender os cenários que se colocam, seja por obrigação científica, seja para uma contribuição social. Segundo o autor, a partir dos anos 1990, o surgimento de milhares de iniciativas econômicas do tipo associativo representa um fenômeno econômico e social que resulta das transformações ocorridas nas últimas décadas, sobretudo levando em conta, de um lado, os condicionantes do mercado de trabalho (derivado das reformas neoliberais) e, por outro, um tipo específico de ação alternativa a esta conjuntura, informada pelos valores e ideais instituídos pelos novos movimentos sociais (que, por sua vez, nasceram da luta contra as ditaduras militares e que se consolidaram após a redemocratização).

Em recente estudo, Pereira (2011) propõe uma tipologia para a identificação da ESOL no Brasil, a partir de quatro visões: a) ESOL como ensejo ao socialismo; b) ESOL como forma de produção anticapitalista e plural, mas que não enseja o socialismo; c) ESOL como política inovadora, de caráter republicano e orientada para o desenvolvimento e d) crítica às teses pró ESOL.

Em relação à primeira visão, de acordo com a autora, esta se encontra nos trabalhos de Paul Singer realizados desde meados dos anos 1990. Singer identifica as transformações estruturais do capitalismo no fim do século XX como ponto de partida para uma forma superior de produção alicerçada no trabalho, na propriedade e gestão coletivas: a ESOL. Herdeira do socialismo utópico, antagônica ao capitalismo e sem cometer os mesmos erros do socialismo

real, aos poucos ela acumularia resultados econômicos e políticos que a tornariam o modo de produção dominante.

A segunda visão, que entende a ESOL como forma de produção anticapitalista e plural, mas que não enseja o socialismo, PEREIRA (2011) atribui aos trabalhos de LUIZ INÁCIO GAIGER, também realizados desde meados dos anos 1990. O autor identifica a ESOL como portadora de uma viabilidade econômica singular: combinando recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários, ela proveria resultados econômicos relevantes para os seus associados articulados a lutas por avanços na democratização da economia e da sociedade, em geral. Como notou a autora, não é uma tese exatamente distante das formulações de SINGER e sua diferença fundamental é que, para Gaiger, a ESOL é uma forma de produção que, ao menos no horizonte ora apreensível, não é capaz de colocar o capitalismo em questão.

No que se refere à terceira visão, PEREIRA (2011) associa aos trabalhos formulados por organizações e pesquisadores vinculados à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, realizados nos primeiros anos da década de 2000. Basicamente, segundo a autora, a política pública de ESOL, ainda que em estágio de estruturação, anuncia-se como uma política de desenvolvimento de caráter republicano. De desenvolvimento, porque visa a geração associada de trabalho e renda, principalmente entre os mais pobres. Republicana porque o Estado reconhece e busca apoiar suas iniciativas, articulando-se às diversas organizações e segmentos da sociedade nela interessados.

Por fim, a quarta visão avança no sentido de realizar uma crítica às teses pró-ESOL. De acordo com PEREIRA (2011), em seu levantamento bibliográfico, há uma rarefeita literatura que contesta a ESOL como novidade e alternativa social no campo teórico, quanto às práticas econômicas e como política pública (p.5). No entanto, é possível encontrar na bibliografia teses sobre a ESOL que propugnam a ideia de que os escritos pró-ESOL são superficiais e autoreferenciados, além do que, suas iniciativas representam um retrocesso das lutas da classe trabalhadora. Aos adeptos desta visão, as práticas da ESOL são práticas econômicas subordinadas ao capital, especialmente manifestas sob as relações de subcontratação e sub-

sistência. Também, a política pública feita sob seu nome é considerada perversa, pois sanciona os aspectos anteriores para frações dos estratos mais subalternos da sociedade brasileira. Indo além, a crítica se dá no sentido de que o triunfo das iniciativas de ESOL é impossível, e que isso precisa ser reconhecido. Longe de apontar para o socialismo, a ESOL responde adequadamente às contemporâneas necessidades do processo mais geral de dominação que lhe serve. Nesta perspectiva, a ESOL se apresenta como tentativa de inserção dos trabalhadores no contexto da precarização do trabalho e de passivização da luta dos trabalhadores.

Em que pesem tais críticas e se reconhecendo as diferentes visões, do ponto de vista das experiências práticas no Brasil, para a SENAES, o termo ESOL é definido como um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão. Por atividades econômicas entende-se às atividades relacionadas à produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. Vale também mencionar que as organizações solidáriasreferem-se às cooperativas, associações, empresas auto-gestionadas, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, etc. A partir da ideia de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, as organizações, singulares ou complexas, de caráter coletivo, os trabalhadores/as do meio urbano ou rural exercem a gestão coletiva de seus empreendimentos e que podem ou não ter registro legal para a prática de suas atividades econômicas[12].

Para se ter uma ideia, segundo o Atlas da Economia Solidária, elaborado no âmbito do SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária[13], com base nos dados de 2007, há contabilizados 21.859 EES em todo o país. Estes EES foram criados, em sua maioria, entre 1991 e 2007, tendem a localizar-se em áreas rurais e empregam mais de 1,6 milhão de pessoas, sendo que mais de 15 mil EES possuem entre 10 e 50 pessoas e pouco mais de 5 mil têm mais que 50 empregados. Também interessantes são estas informações: a) do total dos EES no país, 51,8% se organizam em forma

12 Disponível em: http: //www.mte.gov.br/ecosolidaria

13 Disponível em: http: //www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp

de associação, 36,5% em grupo informal e 9,7% em forma de cooperativas; b) os motivos pelos quais os EES foram criados referem-se a alternativa ao desemprego (38,2%), aumento de renda (36,2%), obtenção de financiamento (16,2%), exercício do trabalho associado (9%) e recuperação de empresa (0,5%); c) dentre as principais atividades econômicas, serviços e cultivos agrícolas e fabricação de produtos têxteis são os mais realizados; d) do ponto de vista da responsabilidade ambiental – tema que se pretende refletir, do total dos EES, 6.144 produzem sem a utilização de agrotóxicos, 7.121 realizam tratamento de resíduos e 634 realizam reaproveitamento de material, ou seja, mais da metade dos EES já contempla a preocupação ambiental em seus empreendimentos.

De acordo com Leite (2011), no que concerne às características da ESOL no Brasil, vários aspectos merecem destaque. Dentre eles, em primeiro lugar, a autora menciona: os números dos empreendimentos; a organização de fóruns de debate; a criação de entidades internas ao movimento (FBES, CONAES[14], entre outros); o conjunto de reivindicações e propostas que vêm consolidando a ESOL enquanto um projeto; a capacidade de pressionar o governo para a criação da SENAES e a adoção de uma política pública de ESOL; a relação com movimentos populares.

Em segundo lugar, a autora ressalta que a ESOL se apresenta como uma manifestação de grande capilaridade, seja territorial –visto que o movimento espalha-se pelo conjunto do país, atingindo ao mesmo tempo diferentes regiões, bem como o campo e a cidade–, seja em diferentes grupos populacionais que o constituem (homens, mulheres, jovens, idosos, aposentados), embora, em termos sociais, ele se restrinja a grupos que se localizam nas franjas do mercado de trabalho (p.2), ou seja, apopulações que vivem situações de exclusão social ou a operários, em geral de baixa qualificação, e que se encontram em faixas de idade mais avançadas, de fábricas que faliram.

Em terceiro, Leite (2011) nos adverte que a capacidade de organização que o movimento vem conquistando não é desprezível (p.2),

14 FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária; CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária.

tendo em vista a criação da SENAES, das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e dos fóruns. Tais ações demonstram, na visão da autora:

> uma importante capacidade do movimento em se manter organizado, multiplicando suas experiências e crescendo em termos de amadurecimento e capacidade propositiva.Ainda que a SENAES tenha se mostrado tímida em suas iniciativas de intervenção e de propor políticas, que a capacidade de incubação das ITCPs deixe muito a desejar e que os fóruns sejam mais uma forma de encontro de lideranças do movimento, esse conjunto de instituições e formas de organização vem lhe garantindo uma capacidade importante de reflexão e aprofundamento propositivo (p.3).

Ainda em se tratando desta autora, é válido mencionar outro aspecto levantado por LEITE (2011, p. 29): a defasagem entre a teoria dos líderes da ESOL e a prática dos empreendimentos, o que se reflete na fragilidade no que concerne à capacidade de promover um efetivo processo de transformação social.

Recentemente, GAIGER (2014) organizou uma das mais recentes (senão a mais) análises sobre a ESOL no Brasil, com base numa atualização do SIES, que contempla o segundo mapeamento nacional da ESOL e a primeira pesquisa amostral, estatisticamente representativa dos EES existentes. Neste mapeamento, 19.708 EES foram contabilizados, sendo 60% destas associações, 30,5% grupos informais e quase 9% cooperativas. Destes EES, 55% estão na área rural do país, cifra maior que no primeiro mapeamento. Em que pesem as diversas dificuldades e desafios ainda presentes no cotidiano dos EES, percebe-se que a ESOL é uma realidade no país e se constitui como um instrumento de geração de trabalho e renda, bem como para se pensar em uma proposta alternativa de economia.